

A disputa pela maquinaria da confissão



Por **VIEGAS FERNANDES DA COSTA***

O embate entre a liberdade de expressão e a regulação das redes revela uma disputa pelo controle do “arquivo confessional” da humanidade, onde a exposição voluntária dos sujeitos alimenta sofisticadas estratégias de disciplina e controle

1.

Em [artigo publicado](#) no site **A Terra é Redonda**, Márcio Pochmann afirma que “a produção de dados tornou-se a nova fronteira da soberania nacional, onde a luta contra um colonialismo digital imposto pelas big techs exige uma diplomacia própria e a construção de uma ordem multilateral de informação”. Márcio Pochmann coloca o debate nos termos do imperialismo, em uma concepção de poder verticalizado e centrado no controle do Estado, com suas fronteiras incrustadas em obeliscos.

É nessa denúncia ao velho imperialismo que se reatualiza através do controle do tráfego de dados que Tabita Rezaire apresenta, no vídeo-ensaio “*Deep Down Tidal*”,^[i] a sobreposição dos cabos submarinos de internet às antigas rotas coloniais escravagistas. Márcio Pochmann e Tabita Rezaire propõem questões importantes, sem dúvida, porém insuficientes, considerando a infinda rede de poder que inaugura uma nova era da informação. Não a informação como nos acostumamos a compreendê-la, mas a informação enquanto dados.

No momento atual do capitalismo financeiro vemos surgir personagens como Elon Musk, esse sujeito nascido nas entranhas do *apartheid* da África do Sul para se tornar um dos homens mais ricos do planeta. Segundo a revista *Forbes*, seu patrimônio líquido ultrapassou os 700 bilhões de dólares em 2025,^[ii] valor que supera o Produto Interno Bruto do seu país natal. Elon Musk, portanto, há muito não necessita de mais dinheiro. O que parece movê-lo não é a busca por mais fortuna, mas a confirmação de uma “divinização” pessoal instrumentalizada por uma vontade de poder que ultrapassa fronteiras e se sobrepõe aos interesses dos Estados-Nação.

Neste momento do capitalismo, a ideologia do individualismo parece encontrar seu ápice, e Elon Musk personificar (ou tentar) esse individualismo exacerbado. Não mais o “Estado sou eu”, de Luís XIV, mas a máxima expressa em *João* 14:6: “eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Elon Musk pretende se colocar além da diplomacia, além do Estado. Em seu ensaio de demiurgo, Elon Musk chegou a anunciar em abril de 2024 que um ministro do Supremo Tribunal Federal brasileiro deveria sofrer impeachment para que a “Sua” verdade soberana, ancorada em “Seu” poder, pudesse se impor sem constrangimento.^[iii]

Poder este construído nessa teia que enlaça capital, tecnocracia e controle das redes de comunicação. Ao evocar a liberdade de expressão, a democracia e o direito, Elon Musk chacoalha espantalhos. Sua seara pode ser lida como a do autoritarismo mais absoluto. Não o autoritarismo absoluto imaginado por Georges Orwell, que nasceria do absurdo crescimento de um Estado que sujeitaria os indivíduos, desindividualizando-os, mas o autoritarismo que submete o Estado

e individualiza os sujeitos para sujeitá-los a uma nova ordem.

2.

O que mais chama a atenção, entretanto, é que Elon Musk é humano, perecível. Sabemos que a inevitável inexistência material de Elon Musk no mundo, em algum momento do futuro, ou até mesmo uma possível derrocada da sua fortuna, provavelmente não alterará a grade de poder com a qual se relaciona. A utopia distópica representada por Elon Musk (e, óbvio está, não apenas por ele) supera Elon Musk, porque vivemos no Ocidente este tempo em que a mortalidade dos nossos deuses não impede que a religião continue crescendo.

Assim, a disputa pela tal liberdade de expressão, evocada pelos personagens que hoje se apresentam como os donos das big techs, como os paladinos de um direito humano fundamental, pode ser pensada para além da lógica do imperialismo, da dicotomia Norte e Sul globais, dos interesses de controle do Estado e da tutela dos cidadãos. Pode ser pensada, por exemplo, na perspectiva da confissão, que Michel Foucault, ao analisar o dispositivo da sexualidade, afirmou se tratar de uma das técnicas mais valorizadas pelo Ocidente para se produzir a verdade.[\[iv\]](#)

Nas complexas redes do território da internet é preciso não apenas deixar falar a verdade sobre si, mas principalmente estimular as pessoas que a falem, que se revelem, que se mostrem mais e em detalhes, apresentação minuciosa, porque assim se torna possível conhecê-las intimamente e, de algum modo, discipliná-las. Assim como o hospital produziu o doente, o criminoso, o imoral e toda taxonomia para separar o tratável do intratável, o recuperável do irrecuperável, para desenhar estratégias de reconhecimento, de identificação e autoidentificação, a “liberdade” confessional no território da internet é estratégia anátomo-política, produção de saberes e relações de poder.

No seio da sociedade do controle, insiste toda uma maquinaria disciplinar que se movimenta, escrutinando, controlando, etiquetando, endereçando, mas que também induz a falar, a confessar. Gigantesca teia de vigilância eletrônica, despersonalizada e hiperinteressada, que registra cada gesto nosso, cada compra, cada estrada por onde nos guiamos, nossas escolhas e conversas, o tempo da nossa atenção, as interações com as pessoas (cujos corpos podem ser de carne ou de código binário, e essa diferença talvez importe menos), as coisas que nos mobilizam e imobilizam, como vemos o mundo, nossas lentes.

3.

Como é próprio do território, a internet é disputa com agências múltiplas. É nessa disputa que o sujeito da moral se levanta para dizer “é preciso proteger a sociedade, é preciso impedir isso ou aquilo ou que se confesse isso ou aquilo, porque crime, porque perverso, porque perigoso à segurança das nossas crianças, da nossa população”. População, essa grande novidade nas técnicas de poder produzida no século XVIII, como mostrou Michel Foucault ao tratar da biopolítica.[\[v\]](#) População que construímos com tanto custo, com tanto escrutínio, sendo ela mesma a terra e a carne justificando tramas complexas, renúncias sensíveis e gestos brutais.

Há, entretanto, esse outro sujeito, também sujeito da moral, que se levanta e apela à liberdade de dizer de si, daquilo que pensa, sente e faz, seu ódio mordaz, sua ira mesquinha, a voracidade dos seus medos e a infâmia dos seus preconceitos, tudo aquilo que em si seria obsceno e reservado, portanto, aos sussurros dos confessionários ou aos sórdidos porões.

E se todo o esforço da modernidade foi nos fazer confessar, e assim mapear cada impulso elétrico da nossa existência, agora alcançamos esse esforço em uma escala inédita. É da disputa por toda essa gigantesca maquinaria disciplinar e maquinaria de confissão, que produz conhecimentos e, reciprocamente, efeitos de poder, e move as peças do jogo cujas regras são modificadas em cada movimento, que se trata.

Confessar ao padre, ao médico, ao policial, ao psicólogo, aos pais, ao parceiro, às instituições reconhecidamente encarregadas do escrutínio e da repressão, é ação conhecida. Mas a confissão, agora, inscreve-se em nova ordem,

mobilizando relações de poder outras. Porque confissão pública e pretensamente espontânea que produz reações/interações também públicas, espontâneas e confessionais. E todo esse incomensurável arquivo confessional, essa infinita biblioteca de gritos, gestos, sussurros e espasmos tornados públicos, é ativo valioso.

Por isso qualquer debate sobre o controle da confissão é debate difícil, e o que temos, quando discutimos o controle sobre o dito e o interdito na internet, é um debate sobre qual é o lugar da confissão e quem está autorizado a ouvi-la.

No território atual da internet as “big techs” afastaram a cortina do confessionário, abriram as portas dos consultórios, colocaram o divã na calçada da avenida central, arrumaram a mesa de jantar no quarto do bordel e chamaram os filhos para a cama do casal. Há algo novo se anunciando, e “este algo novo” insiste em arrancar as chaves das mãos dos velhos carcereiros. Não é, portanto, de censura que se trata, tampouco de proteger os vulneráveis, mas do direito de controle dos efeitos de saber e de poder que a polifonia confessional produz.

4.

Michel Foucault escreveu que “a confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder”, tornando-nos “uma sociedade singularmente confessanda”.^[vii] O que presenciamos hoje é a exacerbação confessional. Confessamo-nos pelas palavras que registramos nos territórios virtuais, mesmo quando construímos uma representação idealizada, e por isso pouco importa se o que dizemos corresponde aos fatos e às nossas carnes.

Confessamo-nos nos registros fotográficos que produzimos, e tampouco importa se usamos de subterfúgios para maquiar o real. Importa o dito, o enunciado, o posto em cena. Confessamo-nos também nos registros que vamos deixando na nossa passagem, como alguém que abre caminho em meio a vegetação, pisando sobre terreno poroso, os sítios que visitamos, as fotos nas quais nos demoramos, os vídeos dos quais desistimos, os encontros furtivos.

Todo esse arquivo biográfico capturado e transformado em síntese que nos é devolvida na forma de anúncios, sugestões, contatos de amizades, interesses que sequer sabíamos possuir (e que não possuíamos), e essa é a camada mais visível e imediata. Mas fundamentalmente, todo esse incomensurável arquivo do humano disposto a uma governamentalidade que busca se esquivar da razão do Estado.

Se o Estado grita que é preciso proteger a população, essa outra racionalidade grita que é preciso deixar dizer, que é preciso permitir à cena o até aqui obscuro, porque é na produção de todo esse saber aparentemente caótico e potencialmente explosivo que resultam novos efeitos de poder. Em ambos os sujeitos da moral, aqueles que afirmam a necessidade de proteger e aqueles que afirmam a necessidade de deixar dizer, é a “liberdade” o fetiche que se ostenta. É em torno do fetiche liberdade que se traça a fronteira do risco: de um lado, o risco produzido pelo enunciado, de outro, o risco produzido pela interdição da enunciação.

Márcio Pochmann e Tabita Rezaire têm razão quando chamam nossa atenção para os interesses geopolíticos de um colonialismo que ainda não foi superado, mas a disputa em torno dos limites do direito de dizer, de confessar, na internet, não se restringe ao maniqueísmo imperialista, tampouco diz respeito a uma malévola racionalidade titeriteira.

É fato que as big techs buscam capturar nosso tempo de vida o máximo possível, e nos enredam em relações e transações virtuais (ou poderíamos dizer hiper-reais?) das quais está cada vez mais difícil de escapar. Entretanto, o que se apresenta nesse debate é uma grade de poder-saber centrada em um novo modo de confissão com efeitos de poder que são disputados por diferentes agentes.

É nessa disputa que se inscrevem os sujeitos da moral citados anteriormente, e Elon Musk ou o Ministro do Supremo Tribunal Federal Brasileiro são *personas* cujos valores que anunciam são enunciados nessa grade de poder-saber. Ao cabo, trata-se da confissão que revela a alma dos indivíduos, mas também das populações, em escala inédita. A confissão tornada dados, gigantesca arquitetura de dados, cuja disputa se desenrola diante de nós.

Viegas Fernandes da Costa é professor de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Notas

[i] Deep Town Tidal, Tabita Rezaire, Guiana Francesa, 2017, 18'41''. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=V9EIywuH-LM>.

[ii] Durot, Matt. Elon Musk é a primeira pessoa a atingir um patrimônio de US\$ 700 bilhões. Forbes, 21 de dez. de 2025. Disponível em <https://forbes.com.br/forbes-money/2025/12/elon-musk-e-a-primeira-pessoa-a-atingir-um-patrimonio-de-us-700-bilhoes/>

[iii] Em 07 de abril de 2024 Elon Musk, em referência às decisões do Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil Alexandre de Moraes determinando a suspensão de contas de usuários que atacavam as instituições brasileiras com informações comprovadamente falsas, postou na rede social X: *"This judge has brazenly and repeatedly betrayed the constitution and people of Brazil. He should resign or be impeached."*. Disponível em <https://x.com/elonmusk/status/1776989005848207503>.

[iv] Em *A vontade de saber*, primeiro volume da *História da sexualidade*, Michel Foucault escreve que desde os séculos XVIII e XIX a confissão "foi utilizada em toda uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos. As motivações e os efeitos dela esperados se diversificaram, assim como as formas que toma: interrogatórios, consultas, narrativas autobiográficas ou cartas, que são consignados, transcritos, reunidos em fichários, publicados e comentados. Mas a confissão se abre, senão a outros domínios, pelo menos a novas maneiras de percorrer tais domínios" (Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, 14ª ed, Edições Graal, 2001, p. 62-63).

[v] Conforme apresentado em "Segurança, Território, População", curso ministrado por Michel Foucault no *Collège de France* (1977-1978).

[vi] Op. cit., 2001, p. 59.

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**